

HABEAS CORPUS Nº 567.682 - MG (2020/0071881-4)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : JENNER SILVÉRIO JACULI
ADVOGADO : JENNER SILVERIO JACULI - MG157983
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : ROGERIO BONFIM DE ALMEIDA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em face de acórdão assim ementado (fl. 20):

HABEAS CORPUS - LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES - NEGATIVA DO DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - TESES JÁ ANALISADAS - MERA REITERAÇÃO - SÚMULA Nº 53 DO TJMG - REEXAME PROBATÓRIO - REMÉDIO HEROICO - VIA INADEQUADA - EXISTÊNCIA DE RECURSO PRÓPRIO - PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT. 1. Não se conhece de Habeas Corpus que seja mera reiteração de anterior, já julgado, nos termos da Súmula nº 53 deste Tribunal de Justiça. 2. O Habeas Corpus possui seus limites delineados pela Constituição Federal de 1988 (art. 5º, Inc. LXVIII) e pelo Código de Processo Penal (arts. 647 e 648), destinando-se, exclusivamente, à preservação do direito de liberdade do cidadão, seja quando já violado, ou para preservá-lo, em casos de ameaça concreta, atual ou iminente de ilegalidade ou abuso de poder. 3. Inviável o manuseio do Habeas Corpus como sucedâneo recursal, a fim de obter o reexame dos fundamentos utilizados na Sentença Penal condenatória, haja vista tratar-se de matéria atacável por recurso próprio, nos exatos termos do art. 593, inc. I, do Código de Processo Penal, que possui, aliás, caráter mais amplo, apto a desconstituir a decisão condenatória atacada.

Consta dos autos condenação pela prática dos crimes tipificados nos arts. 1º, *caput*, (uma vez), art. 1º § 1º, I e II (por quatro vezes), art. 1º, § 2º, I (por três vezes) e art. 1º § 4º, todos da Lei 9.613/98, em cúmulo material com o art. 69 do Código Penal, à pena de 23 anos de reclusão.

O impetrante busca a revogação da prisão preventiva mantida em sentença, aduzindo que não estão presentes os requisitos autorizadores e que tornou-se ilegal pela superveniência da progressão ao regime semiaberto.

Assevera, também, a inexistência de contemporaneidade, ilegalidade da medida, porque não revista de ofício em 90 dias, bem como excesso de prazo, perdurando a custódia por mais de 3 anos.

Salienta, ainda, que a prisão deve ser revista por questões

humanitárias, haja vista a pandemia relacionada ao vírus Covid-19.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para a revogação da prisão preventiva ou imposição de cautelares diversas.

É o relatório.

DECIDO.

As matérias relativas à falta de contemporaneidade e ilegalidade por ausência de revisão de ofício não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 20/37. Então, esses pontos não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Além disso, em consulta ao sistema processual eletrônico desta Corte Superior, verificou-se que o presente *writ*, no tocante ao direito de recorrer em liberdade e excesso de prazo, é mera reiteração do *habeas corpus* n. 513.220/MG, denegado em 2/8/2019.

Por outro lado, quanto à questão de revisão da prisão, por questão humanitária, a decisão que denegou o HC 513.220/MG, sobre o direito de recorrer em liberdade, está assim fundamentada:

[...] As matérias relativas à falta de contemporaneidade, à condenação sem identificação dos crimes antecedentes, e ao regime fechado não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 26-61. Então, esses pontos não poderão ser conhecidos por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Por sentença condenatória foi negado o recurso em liberdade (fl. 118):

Convenço-me de que **a medida de exceção deva continuar em desfavor do sentenciado, pois, tem por finalidade impedir a frustração do cumprimento da pena e continuar a garantir a ordem pública.** Não vejo qualquer outra medida cautelar que possa ser eficaz e eficiente possibilitando a permanência do réu ao vínculo processual. **O sentenciado, como se observa na apuração dos delitos, tem latente periculosidade social, mormente quando o modus operandi evidencia que a qualquer custo busca a impunidade ofuscando, de qualquer modo e a qualquer preço, a prova dura da realidade dos crimes cometidos.** Não poderá o réu ser agraciado com o direito de aguardar o livre trânsito em julgado desta decisão em liberdade. **A prisão provisória decretada está fundada na necessidade de se acautelar a ordem pública e garantia da aplicação da pena em caso de confirmação da sentença condenatória.** Ademais, o réu permaneceu preso preventivamente durante toda a persecução penal e demonstra periculosidade social concreta e não apresenta nenhuma mostra de respeito à justiça, à polícia civil e à sociedade de bem. Permanecendo

solto, torna-se afronta à comunidade ordeira e às causas da justiça. O pleito no sentido de ser revogado o seqüestro corporal deve ser afastado a partir do momento que a medida de exceção já fundamentada e motivada, quando do seu decreto por elementos que indicam a necessidade de custódia cautelar ainda prevalecem, notadamente pela possibilidade certa de reiteração de crimes. Presentes, portanto, *fumus comissi delicti* (indício de autoria e prova literal da materialidade) e o *periculum libertatis* (necessidade da cautela ante o fundado risco à ordem pública e frustração no cumprimento da pena) afastando, por completo, a possibilidade de revogação do suplício corporal e até mesmo substituição por outras medidas cautelares que, *in casu*, seriam inócuas e ineficientes.[...].

A prisão cautelar mantida na sentença foi assim decretada (fls. 78-81):

Fundamenta o pedido assegurando que todos os denunciandos praticaram crime de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores de que trata a Lei 9.613/98 e, ainda que Rogério Bonfim de Almeida já esteja preventivamente em decisão anterior (Processo: 0567024-15.2016) há necessidade da medida extrema para todos, em face da gravidade concreta dos delitos reveladora da periculosidade social dos denunciandos, para a garantia da ordem pública e garantia da higidez da instrução processual.

No corpo da denúncia se extraem episódios envolvendo o policial civil, Rogério, sua ex-esposa Eliane, seu ex-sogro, Jairo e a própria genitora, Cleonalva onde está evidenciado conluio entre eles exercitando condutas e formas diversas com objetivo final de lavagem de dinheiro, ocultação de bens, direitos e valores, vale dizer se valendo do ilícito (recebimento de propinas) para tornar lícito. Descreve conversão de valores provenientes de infrações penais (recebimento de propinas) em negociações com aparência de legalidade, tais como: aquisições transferências, simulações de negociações com bens imóveis; sucessiva constituição e extinção de várias empresas. Pelo apurado o policial civil, Rogério ao longo do tempo, recebia altas propinas e as "aplicava" se valendo da então mulher, do então sogro e da própria mãe, sendo transacionados para que fossem transformados em ativos lícitos.

Em consulta ao processo investigatório criminal instaurado junto ao Ministério Público **são fartas as evidências das ocorrências de crimes de lavagem de dinheiro e/ou ocultação de bens, direitos e valores de que trata a Lei 9.613/98, com prova literal da materialidade e indícios suficientes de autoria indicando todos que estão denunciados, como envolvidos.**

Tem-se que esta Lei 9.613/98 veio ao mundo jurídico como certo utensílio de trabalho jurídico-penal aplicável quer na investigação propriamente dita quer na instrução processual sob o crivo do contraditório.

O objetivo do legislador foi criar mecanismo legal para tornar mais eficiente a prevenção e repressão aos delitos de "lavagem de dinheiro", ou seja, "ocultar ou dissimular a natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade de bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de infração penal". E certo que agentes públicos

ímprobos se valem de operações triangulares (terceiros x familiares) e outras técnicas bastante sofisticadas e quase sempre os vestígios são imperceptíveis, merecendo um rigor mais intenso e aprofundamento mais meticuloso para identificação de bens que se tornaram lícitos ainda que originados do ilícito e de quem para isso contribuiu.

Assegurar que os crimes cometidos são graves é desnecessário, pois, os fatos incontroversos se acham à disposição dos interessados para o devido conhecimento e providências a critério de cada um. Lado outro, não só pela gravidade mencionada bem como por intermédio de elementos concretos, a liberdade destes investigados colocariam em risco a ordem pública e influenciariam na instrução processual. **A particularidade em destaque para o cometimento desses delitos se instala na real possibilidade de desaparecimento ou alteração de circunstâncias probatórias (material ou imaterial) dificultando a busca da verdade real.**

A medida de exceção aos envolvidos tem por finalidade interromper a reiteração da prática delituosa que já ocorre há vários anos, existindo inclusive um conluio para criação e extinção de empresas, compra e venda de imóveis e outras transações tão somente para a "lavagem de capitais". Em tese, estamos diante de ações desenvolvidas por agentes (policiais civis e familiares) em concurso que, de fato, demonstram forte organização para os crimes que lhes são imputados. Os investigados conforme noticiado em denúncias já formalizadas vem reiteradamente praticando crimes. Para o sucesso do objetivo criminoso se valem de mecanismos jurídicos e empresariais de complexidade tal que sugerem licitudes. Tal habitualidade demonstra o detrimento imposto à sociedade causando risco à garantia da ordem pública e até mesmo econômica. Acresça-se que a existência de fortes indícios do grande acervo patrimonial desproporcional aos ganhos possíveis e lícitos determina o resultado da organização criminosa onde a mística que o crime não compensa tem e deve prevalecer dentro de ação estatal como a que está sendo desenvolvida.

De outra dimensão é também extremamente justificável a medida de exceção como instrumento necessário e único para a garantia da eficácia da instrução processual. Soltos, com certeza, estarão sempre à busca de ocultar, destruir ou alterar provas e intimidar testemunhas essenciais sempre objetivando a criação de dúvida que impedirão a apuração da verdade real.

Os crimes praticados pelos envolvidos têm relevância e se revestem de gravidade tamanha que o legislador fez destaques em legislação própria e exige para a configuração, cuidados especiais na apuração de fatos para eficácia de resultado investigatório elucidativo. Por isso deve ser utilizado todo e qualquer método legal, ainda que excepcional como a medida extrema que se requer.

A periculosidade social apresentada pelos denunciados nas condutas delitivas afasta a aplicação de quaisquer medidas cautelares previstas no art. 319 do Código de Processo Penal, logo, está a ensejar restrição antecipada da liberdade, pois, as circunstâncias fáticas têm fortes indícios

da consumação dos delitos e há real necessidade de se valer da medida de exceção. A afinidade entre os denunciandos, a esperança de não despertar suspeitas e o benefício para todos com o uso e gozo do patrimônio ilegal é sempre o incentivo para este tipo de associação, assim, a reação deve ser intensa para que desestimele essa via de corrupção cujos índices têm alcançado níveis insuportáveis. O seqüestro corporal de cada investigado é imprescindível para garantir a ordem pública e econômica, necessária para assegurar a instrução processual e, assim, prevenir a continuidade de atuação criminosa do grupo que ameaça toda a sociedade. Presente, portanto, o *periculum libertatis* que somado à prova literal da materialidade e aos indícios de autoria preenchidos os pressupostos legais. Diante do exposto e pelo contido nos autos, com base nos artigos 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal, para assegurar a instrução processual e garantia da ordem pública e econômica, decreto a prisão preventiva dos seguintes denunciandos:

- ROGÉRIO BONFIM DE ALMEIDA, brasileiro, **policial civil**, MASP 1.174.119-6, inscrito no CPF/MF sob o nº 050.902.186-76, portador da Carteira de Identidade nº MG-10.646.589, atualmente preso e recolhido na Casa de Custódia da Polícia Civil de Minas Gerais, em Belo Horizonte-MG;

Como já adiantado no exame da liminar, o decreto prisional tem fundamento na gravidade do crime e na reiteração delitiva, evidenciada nas circunstâncias fáticas, porquanto o paciente, valendo-se do cargo de policial civil, converteu valores provenientes de infrações penais (*recebimento de propinas*) em negociações com aparência de legalidade, tais como: aquisições transferências, simulações de negociações com bens imóveis; sucessiva constituição e extinção de várias empresas. Pelo apurado o policial civil, Rogério ao longo do tempo, recebia altas propinas e as "aplicava" se valendo da então mulher, do então sogro e da própria mãe, sendo transacionados para que fossem transformados em ativos lícitos; de modo que não se verifica ilegalidade na decisão recorrida.

Consta que a decisão de prisão *por finalidade interromper a reiteração da prática delituosa que já ocorre há vários anos, existindo inclusive um conluio para criação e extinção de empresas, compra e venda de imóveis e outras transações tão somente para a "lavagem de capitais". Em tese, estamos diante de ações desenvolvidas por agentes (policiais civis e familiares) em concurso que, de fato, demonstram forte organização para os crimes que lhes são imputados.*

A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, praticado por policial, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva. Confira-se: RHC 100.215/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/10/2018, REPDJe 04/02/2019; HC 387.515/TO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 14/08/2018; e HC 250.221/PA, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR,

SEXTA TURMA, julgado em 17/12/2013, DJe 03/02/2014.

Esta Corte também tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Consta das decisões que a custódia tem fundamentação na gravidade concreta da conduta e na reiteração delitiva do paciente, constando na sentença que *o sentenciado, como se observa na apuração dos delitos, tem latente periculosidade social, mormente quando o modus operandi evidencia que a qualquer custo busca a impunidade ofuscando, de qualquer modo e a qualquer preço, a prova dura da realidade dos crimes cometidos*, e, do decreto, que o paciente, valendo-se do cargo de policial civil, converteu valores provenientes de infrações penais (recebimento de propinas) em negociações com aparência de legalidade, tais como: aquisições transferências, simulações de negociações com bens imóveis; sucessiva constituição e extinção de várias empresas. Pelo apurado o policial civil, Rogério ao longo do tempo, recebia altas propinas e as "aplicava" se valendo da então mulher, do então sogro e da própria mãe, sendo transacionados para que fossem transformados em ativos lícitos.

Ademais, não só nesse writ, mas também em vários outras oportunidades, HC 499.764/MG, HC 528.953/MG e HC 544.690/MG, está Corte Superior se manifestou a respeito da necessidade da prisão do paciente.

Em razão da pandemia instalada atualmente, com respeito às prisões cautelares, a revisão por questões humanitárias, apesar de não ser citada na impetração, está regulada na resolução n. 62 do CNJ, com relação à qual não se comprovou a satisfação das disposições contidas no art. 4º, I.

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito, pela Turma, então garantindo a eficácia plena das decisões pelo Colegiado.

Superior Tribunal de Justiça

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator